

A vida de mulheres sem teto: “Acha que não dói ser chamada de terrorista?”

“Você acha que não dói quando a gente é chamada de terrorista? Dói, sim. Muito. Todo mundo aqui é trabalhador. Correr atrás dos nossos sonhos é ser terrorista?”, questiona Maria Aparecida Moura. A Tia Cida, como é chamada, é militante do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e uma das coordenadoras do Vila Nova Palestina, a maior ocupação de São Paulo, cidade mais populosa do Brasil.

[\(Universa, 30/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O contexto da interrogação dela volta a março de 2016. Enquanto o país organizava os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) sancionou, com vetos, a Lei Antiterrorismo. Entre outros tópicos, o projeto tipifica atos com a finalidade de provocar terror social ou expor pessoa, patrimônio e a paz pública a perigo. Em 2018, na semana em que Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito presidente da República, a pauta voltou ao Congresso.

O ex-senador Magno Malta (PR-ES) foi relator de uma proposta do senador Lasier Martins (PSD-RS) que endureceria a lei trazendo de volta os trechos vetados e incluindo uma nova norma que qualificaria como terrorismo atos relacionados a “motivação política, ideológica ou social”. Criticada por opositores, que alegam que ação tem o objetivo de criminalizar movimentos sociais de ocupação de terra, a votação foi adiada, mas já recebeu apoio explícito do atual presidente. “Eu tinha a visão de que o movimento fosse baderneiro, como as pessoas falam”, diz Aparecida. No entanto, o posicionamento dela mudou quando conheceu o acampamento que existe desde novembro de 2013, abriga cerca de 240 famílias e tem uma demanda de aproximadamente 2.000 pessoas.

“Eu tinha o sonho de trabalhar como voluntária no Haiti, até começar a

primeira chuva forte no acampamento. Corri para buscar as crianças e levar para o nosso barraco, e percebi que meu Haiti era ali”, conta.

Nascida na cidade de São Paulo em uma família com 13 irmãos, a mulher conta que, na infância, assistia ao pai bater na mãe quase diariamente e já chegou até a passar fome. Saiu de casa depois que a mãe faleceu e, então, passou a morar com irmãos mais velhos. Trabalhou em casas de família, restaurantes e agora, com 55 anos, é manicure. Mãe de quatro filhos e casada há 36 anos, Maria Aparecida mora com o marido em uma área cedida pela prefeitura.

“Acredito e tenho esperança em um mundo justo. O que a gente busca é igualdade. Queremos moradia, educação e saúde para o povo. Não queremos nada de graça, queremos dignidade”, explica. Jussara Basso, também uma das organizadoras do Vila Nova Palestina, relata que até tentou um financiamento pelo programa Minha Casa Minha Vida, mas foi recusada porque não se enquadrava na renda mínima necessária. “Entendi que a ocupação não é para tomar o lugar de alguém, é para que se cumpra a lei”, declara.

A lei a que ela se refere é a Emenda Constitucional Nº 26, de 2000, que assegura como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança e a previdência social. “Você luta o tempo todo, trabalha para enriquecer o país, mas não tem retorno nenhum”, lamenta. Filha mais nova de uma família com cinco irmãos, Jussara tem 44 anos e mora nos fundos do terreno que a mãe comprou com o salário de diarista.

Quando os irmãos mais velhos saíram de casa e a mãe, que costumava levar as sobras do jantar dos patrões para os filhos, sofreu um acidente, a paulistana se viu obrigada a sustentar o lar. Começou a trabalhar com 14 anos, mas o curto salário mal custeava os gastos com as contas básicas. Já catou latinha na rua, foi office girl e auxiliar administrativa. “Era uma luta constante. Eu não tinha dinheiro nem para comprar caderno”, comenta.

Estudando à noite, Jussara concluiu o ensino médio e até passou no vestibular para realizar o sonho de cursar história, mas não tinha dinheiro para pagar a faculdade. Quando os programas de auxílio surgiram, estava

grávida e não conseguiria conciliar as atividades. “Quem está aqui quer acessar coisas que, para quem tem dinheiro, é fácil. Queremos uma casa, água na torneira e alimento na geladeira. As pessoas vieram para cá por falta de opção, não por escolha”, complementa.

Um levantamento de 2015 da Fundação João Pinheiro registrou 6,3 milhões de famílias sem casa enquanto 7,9 milhões de imóveis estão vazios. “Todo cidadão brasileiro não tem direito a uma moradia? Queria apenas que o governo seguisse a Constituição. Por que não posso fazer um financiamento de acordo com a minha renda? Quero pagar com meu suor aquilo que eu mereço ter”, diz Vera Helena, a Dona Vera.

A mulher de 66 anos é uma das organizadoras da Ocupação Ipiranga, que abriga 50 famílias em um prédio no Centro de São Paulo. Oriunda do Rio de Janeiro, ela chegou à cidade no final dos anos 1990 para procurar trabalho. Logo depois, o marido saiu de casa para constituir uma nova família e ela passou a criar as cinco filhas sozinha. Por não conseguir pagar aluguel e cuidar das crianças com o salário de faxineira, ingressou em movimentos de luta por moradia.

Desde então, Dona Vera participou de diversas ocupações. “Foi quando entendi de verdade o que é o social. Se o governo tivesse uma política habitacional, nós não precisaríamos fazer isso”, aponta. Durante esse período, até chegou a receber uma carta de crédito, mas, com os aumentos constantes de aluguel, voltou ao movimento. Ela conta que as filhas também fazem parte da luta e duas, inclusive, já foram contempladas com apartamentos.

Nos 18 anos em que passou longe da família, o ex-marido de Vera sofreu três AVCs. Negligenciado, retornou ao antigo lar em busca de ajuda e foi aceito na morada, mas o casal permanece separado. “Sou muito religiosa. Ele nos deu as costas no momento em que mais precisávamos, mas não consigo fazer o mesmo”, esclarece. Ao mesmo tempo, ela lamenta que a maioria das famílias do prédio é composta por famílias incompletas. “Em muitos casos, a mãe é a mãe e o pai ao mesmo tempo. Hoje estou com minha família completa”.

Trabalhando em uma associação, Dona Vera conseguiu progredir aos poucos. Formou-se em psicologia, atuou como gerente da organização e se tornou educadora. Posteriormente, também conseguiu se graduar em serviço social e sonha, agora, em fazer design gráfico. “Sempre gostei de trabalhar ajudando os outros e compreendi que quem aprende vive melhor. Agora só falta a chave da minha casa”, indica.

Quatro andares acima de Vera, vive a paraibana, natural da cidade de Patos, Heroneide Alves. Mãe de seis filhos, a mulher chegou em São Paulo com 16 anos e logo conheceu o marido, com quem ficou casada 22 anos. “Na verdade, era quase um cárcere privado. Eu sofria agressão, ameaça de morte e não podia nem falar com outras pessoas”, desabafa. “Quando a mulher sofre agressão, as pessoas criticam, mas não entendem por qual motivo ela está nessa situação”.

A reviravolta aconteceu quando ela entrou para o Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ) e ganhou um cargo como coordenadora da ocupação. Foi quando criou uma reunião com os organizadores para pedir que o marido fosse embora do prédio. Heroneide explica que o ingresso no movimento foi motivado justamente pela ausência afetiva do marido. “Eu saía para trabalhar pensando no que daria para meus filhos comerem. Ele estava desempregado e nem ligava para isso. Meu salário era menor que o aluguel. Quando veio a ordem de despejo, não sabia o que fazer”, comenta.

Ao lado da beliche e dos colchões que divide com os cinco filhos que ainda moram com ela naquele pequeno apartamento, ela, que só estudou até a quarta série, se orgulha dos rebentos. A primogênita se formou em enfermagem com bolsa integral. Outras duas terminaram o segundo grau e já ajudam a mãe financeiramente. “Quem quer ser alguém na vida, estuda. Sempre botei isso na cabeça deles”, diz.

“Não sei quando eu fui a uma loja comprar algo para mim, mas nunca deixei faltar nada para os meus filhos. Após tudo que passei, minha vida já melhorou muito”, alegre-se. No entanto, nem tudo são flores. Ela comenta que ainda existe discriminação e é taxada como marginal por algumas pessoas. “A gente não invade, estamos ocupando. Era um local que ninguém estava cuidando”, defende-se.

Hoje, com 43 anos, Heroneide vê com receio o atual cenário político. “Sabemos que esse governo não governa para os pobres. Sabemos que não será fácil para a gente, mas também não será para eles. Não estamos aqui por vagabundagem, estamos lutando pelos nossos direitos. Não vamos abaixar a cabeça”.

Breno Damascena